



Proc. Administrativo 18- 767/2026

De: Celso G. - SECASSI-SOCIAL_ADM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/04/2026 às 09:06:50

Setores envolvidos:

SECADM, SECADM-LIC, SECADM-FINANÇAS, SECADM-CONTABILIDADE, SECADM-JURIDICO-ADM,
SECADM-TRIBUTAÇÃO, SECASSI-SOCIAL, SECPLAN-COORD-PROJETOS, SECASSI-SOCIAL-CRAS-CENTRO,
COMPRAS-Cotação de Preços, BATTI-DOTAÇÃO, SECASSI-SOCIAL-LIC, SECASSI-SOCIAL_ADM

Dedetização Sec. Assistência_2026

Segue documento atualizado.

A contratação será por itens.

Aos Fiscais para assinatura

Atenciosamente

Celso Goto

Contato: (46) 3536 5852

Sec. Assistência Social

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos

Anexos:

3_ETP_13_04_2026.docx

3_ETP_13_04_2026.pdf

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo constitui etapa essencial do planejamento do processo licitatório ora proposto, com o objetivo de assegurar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a adequada conservação dos ambientes de trabalho vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social. O estudo refere-se à prestação de serviços especializados de dedetização, desratização e desinsetização, incluindo o fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos apropriados, produtos domissanitários devidamente registrados nos órgãos competentes e todos os insumos necessários à execução dos Serviços.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A presente contratação visa atender à necessidade contínua de manutenção das condições sanitárias e ambientais adequadas nas unidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Dois Vizinhos, com foco na prevenção de doenças, no controle de vetores e pragas urbanas, e na preservação da saúde coletiva.

A realização periódica de serviços especializados de dedetização, desratização, desinsetização e higienização de reservatórios de água potável é imprescindível para garantir a segurança sanitária dos ambientes que acolhem a população, incluindo grupos vulneráveis como idosos, gestantes e pessoas com comorbidades. Esses serviços contribuem para a eliminação de agentes transmissores de doenças como leptospirose, dengue, zika, chikungunya e outras infecções de origem hídrica ou vetorial, além de evitar a degradação das estruturas físicas das unidades e promover o conforto e o bem-estar dos usuários e servidores.

A contratação justifica-se ainda pela obrigatoriedade de cumprimento das normas da vigilância sanitária e das regulamentações da ANVISA, bem como pela responsabilidade da Administração Pública em assegurar ambientes salubres e seguros à população.

Dessa forma:

- O serviço de dedetização, desratização e desinsetização será executado a cada trimestre, garantindo proteção contínua contra insetos rasteiros e voadores, roedores e outros vetores;
- O serviço de higienização e desinfecção de reservatórios de água (caixas d'água com capacidade de 500 litros e 1000 litros) será realizado semestralmente, assegurando a qualidade da água armazenada e seu uso seguro para consumo humano.

A adoção dessa rotina de manutenção e controle sanitário visa prevenir riscos à saúde pública, proteger o patrimônio público, preservar a imagem institucional e promover um ambiente limpo, seguro e em conformidade com as exigências legais vigentes.



2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para atender à necessidade de manutenção sanitária e controle de pragas nas unidades de saúde, foi realizado um levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para a prestação dos serviços de dedetização, desratização, desinsetização e higienização de reservatórios de água potável. Dentre as possíveis soluções identificadas, destacam-se:

a) Execução dos serviços por equipe própria do município: Essa alternativa foi descartada, tendo em vista que a estrutura atual da Secretaria Municipal de Assistência Social não dispõe de equipe especializada, nem de equipamentos, insumos e produtos devidamente regulamentados pela Anvisa/MS para a realização dos serviços. A contratação e capacitação de pessoal, bem como a aquisição dos equipamentos necessários, demandariam alto investimento inicial e custos permanentes com manutenção e atualização, tornando essa opção economicamente inviável e operacionalmente inadequada.

b) Contratação de empresa especializada por meio de processo licitatório: Esta é a alternativa mais viável do ponto de vista técnico e econômico. Empresas especializadas já possuem profissionais capacitados, registro de responsabilidade técnica, experiência comprovada, equipamentos adequados e utilização de produtos regularizados junto à Anvisa. Além disso, a contratação terceirizada permite melhor controle da qualidade dos serviços, cumprimento das exigências legais e regulatórias, e maior agilidade na execução, com menor custo para o erário público.

c) Execução por meio de consórcio intermunicipal ou convênio com outros entes públicos: Embora possível, essa alternativa não se mostra adequada para o caso específico, pois a demanda exige execução frequente (trimestral e semestral) com prazos regulares e controle direto da Secretaria de Assistência Social, o que dificultaria a operacionalização conjunta. Ademais, não há atualmente consórcio regional estruturado com essa finalidade.

Justificativa técnica e econômica da escolha da solução adotada: Considerando a natureza especializada dos serviços, a exigência de cumprimento das normas sanitárias, a necessidade de continuidade, periodicidade e padronização das atividades, e a limitação de recursos humanos e materiais do município, a solução mais eficiente e eficaz é a contratação de empresa terceirizada por meio de licitação. Tal alternativa garante a economicidade, legalidade, eficiência e segurança na execução dos serviços, assegurando a preservação da saúde pública e a integridade das unidades da Secretaria de Assistência Social.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) (justificar)

Não () (justificar)

A Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que atendidos os requisitos previstos na legislação vigente.

A natureza do objeto — prestação de serviços de controle de pragas urbanas e



higienização de reservatórios de água — não possui vedação legal à opção pelo regime tributário simplificado, sendo atividade regularmente exercida por empresas enquadradas como ME ou EPP.

Assim, admite-se a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional, observadas as regras tributárias aplicáveis e as disposições da legislação pertinente.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim ()

Não (x) (justificar)

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação possui natureza comum e execução operacional relativamente simples, sendo amplamente ofertado no mercado por empresas especializadas que possuem capacidade técnica e operacional suficiente para a execução integral dos serviços.

Dessa forma, a vedação à participação em consórcio não restringe a competitividade do certame e contribui para a simplificação da gestão e fiscalização contratual.

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim ()

Não (x) (justificar)

Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, considerando que o objeto da contratação exige responsabilidade técnica formal, estrutura empresarial organizada e execução contínua dos serviços mediante vínculo operacional direto com a contratada, com fornecimento de produtos químicos, equipamentos especializados e responsabilidade técnica perante os órgãos sanitários competentes.

Tais características são incompatíveis com o modelo de prestação de serviços por cooperativas de trabalho, podendo comprometer a adequada execução contratual e a responsabilização técnica exigida para atividades de controle de pragas urbanas.

Da vedação à subcontratação

Não se aplica a subcontratação para este objeto.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A opção pela não adesão à Ata de Registro de Preços existente para a prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização fundamenta-se na necessidade de garantir que a contratação atenda de forma mais adequada às especificidades e às demandas da Secretaria de Assistência Social e de suas unidades vinculadas.

Embora a adesão à Ata de Registro de Preços seja um instrumento legal que visa conferir celeridade e economicidade às contratações públicas, verificou-se que as condições previstas nas atas disponíveis não contemplam integralmente as particularidades dos espaços atendidos pela Secretaria de Assistência Social, tais como a diversidade de ambientes, a periodicidade necessária para aplicação dos serviços e as características específicas das unidades vinculadas.

Além disso, a adesão poderia implicar em limitações quanto à definição de quantitativos, cronograma de execução e metodologia de aplicação dos serviços, o que poderia comprometer a eficiência e a efetividade das ações de controle de pragas urbanas nos equipamentos públicos vinculados à Assistência Social.

Dessa forma, entende-se que a realização de procedimento próprio de contratação



permitirá a definição mais precisa das necessidades da Administração, assegurando a adequada prestação dos serviços, o atendimento às normas sanitárias vigentes e a obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

Assim, justifica-se a não adesão à Ata de Registro de Preços, optando-se pela realização de processo licitatório próprio, que possibilite a adequada especificação do objeto, quantitativos e condições de execução compatíveis com a realidade e as demandas da Secretaria de Assistência Social e de suas unidades vinculadas.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Optou-se por não realizar o parcelamento da contratação por grupos ou lotes, considerando que a natureza dos serviços requeridos — controle de pragas urbanas (desratização e desinsetização) e limpeza e desinfecção de reservatórios de água — permite a disputa por item, uma vez que são tecnicamente independentes entre si, ainda que possam ser realizados por uma mesma empresa.

A disputa por item individualizado contribui para ampliar a competitividade entre os licitantes e possibilita o melhor aproveitamento das condições do mercado, respeitando a economicidade e a isonomia entre os participantes. Essa forma de contratação evita a concentração em um único fornecedor quando não for necessário, favorecendo a participação de empresas especializadas em cada tipo de serviço.

Dessa forma, a contratação por item se mostra mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando maior eficiência, melhor alocação de recursos e garantindo a qualidade técnica e operacional na execução dos serviços. Além disso, atende plenamente ao princípio do fracionamento justificado previsto na legislação vigente, sem comprometer a integração dos resultados pretendidos.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

A estimativa de quantidade foi elaborada com base na análise das demandas recorrentes apresentadas pelas unidades administrativas e órgãos vinculados à municipalidade, considerando o histórico de contratações anteriores, as condições sanitárias locais, as normas técnicas vigentes e as exigências legais

aplicáveis à execução periódica dos serviços. Para definição das quantidades estimadas, foram considerados os seguintes fatores:

- O número de edificações que fazem parte da Secretaria de Assistência Social, que demandam serviços regulares de controle de vetores e pragas urbanas;
- A frequência necessária para a execução dos serviços, conforme recomendações da Vigilância Sanitária e demais órgãos reguladores;
- A capacidade volumétrica dos reservatórios de água (superiores e inferiores) e a periodicidade exigida para sua limpeza e desinfecção, com base nos parâmetros



estabelecidos pela ANVISA e pela ABNT;

- A possibilidade de ocorrência de situações emergenciais que exijam intensificação das ações de controle, como surtos epidemiológicos ou incidentes sanitários.

Considerando esses elementos, foram previstas as seguintes quantidades de serviços:

- Serviços trimestrais de desratização e desinsetização (controle de vetores), a serem realizados em todas as edificações da Secretaria Municipais de Assistência Social, com previsão mínima de 4 (quatro) aplicações anuais por local;
- Serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável, a serem executados com periodicidade mínima semestral (a cada 6 meses), totalizando 2 (duas) limpezas anuais por reservatório.

As quantidades estimadas estão expressas em unidades de medida compatíveis com a natureza dos serviços, tais como: número de aplicações, metros quadrados tratados, número de reservatórios higienizados ou metros cúbicos de reservatórios, conforme aplicável. Essa padronização visa garantir a correta mensuração e o controle da execução contratual, assegurando a transparência e a eficácia do acompanhamento técnico.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para a contratação dos serviços é de R\$ 11.764 (onze mil setecentos e sessenta e quatro reais), conforme levantamento realizado com base em contratos anteriores firmados pela Administração Pública para a execução de serviços de natureza similar.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Objeto de contratação: Prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, produtos domissanitários e todos os insumos necessários para atender à Secretaria de Assistência social e suas unidades de atendimento.

Nº da Portaria de designação da Comissão de Planejamento: Não tem

FASE DE ANÁLISE:

(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(x) Gestão do Contrato

a-) Fase de Planejamento

RISCO 1



Descrever aqui o risco: Atraso na execução dos serviços	
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Dano	
Atraso na execução dos serviços pode resultar em aumento da proliferação de pragas e riscos sanitários nas unidades da Secretaria de Assistência.	
Ação Preventiva	Responsável
Acompanhar e monitorar o cronograma de execução, com verificações regulares de cumprimento de prazos.	Fiscal de Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Notificar formalmente a empresa sobre os atrasos e, se necessário, aplicar sanções contratuais.	Fiscal de Contrato.
RISCO 2	
Descrever aqui o risco: Uso de produtos inadequados ou proibidos	
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Dano	
Uso de produtos químicos não autorizados pela ANVISA/IBAMA pode gerar danos à saúde pública, contaminação ambiental e descumprimento das normas vigentes.	
Ação Preventiva	Responsável
Exigir a apresentação de laudos técnicos e fichas de segurança dos produtos utilizados antes da execução.	Fiscal de Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Imediata suspensão dos serviços e substituição dos produtos, com penalização da empresa contratada.	Fiscal de Contrato



RISCO 3			
Descrever aqui o risco: Falta de qualificação técnica da equipe.			
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Dano			
A equipe pode não executar corretamente as técnicas de dedetização e higienização, comprometendo a eficácia do serviço e aumentando o risco de novas infestações.			
Ação Preventiva		Responsável	
Verificar os certificados de qualificação técnica e realizar treinamento periódico com os funcionários envolvidos.		Empresa Contratada e Fiscal do Contrato	
Ação de Contingência		Responsável	
Solicitar a substituição de pessoal inadequado e garantir a correção dos serviços executados.		Fiscal do Contrato.	

RISCO 4			
Descrever aqui o risco: Insatisfação com a qualidade dos serviços.			
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Dano			
Se os serviços forem mal executados, as unidades podem ficar insatisfeitas, o que pode resultar em reclamações ou até mesmo em rompimento do contrato.			
Ação Preventiva		Responsável	
Realização de vistorias frequentes durante e após a execução dos serviços para garantir que o trabalho seja satisfatório.		Fiscal do Contrato	
Ação de Contingência		Responsável	



Acionamento da garantia contratual para a correção de falhas, e, em casos extremos, rescisão do contrato com aplicação de sanções.	Secretaria Municipal de Assistência Social
--	--

RISCO 5	
Descrever aqui o risco: Interferência nas atividades das unidades da Secretaria	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Dano	
A execução dos serviços pode interferir nas atividades das unidades da Secretaria, causando transtornos a funcionários e usuários do serviço.	
Ação Preventiva	Responsável
Realizar o planejamento das atividades de dedetização e higienização fora do horário de atendimento das unidades, sempre com comunicação prévia.	Empresa Contratada e Secretaria de Assistência
Ação de Contingência	Responsável
Reagendar as atividades para horários mais adequados e, se necessário, suspender temporariamente os serviços para evitar maiores transtornos	Fiscal do Contrato.

b-) Gestão do Contrato

RISCO 1	
Descrever aqui o risco: Inércia frente ao descumprimento de obrigações contratuais, atraso na entrega do objeto, especificações divergentes. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Dano	



Deficiência na entrega dos produtos licitados, na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a Administração. Possível cancelamento da ata.

Ação Preventiva	Responsável
Fiscalizar o contrato sobre o prazo de Execução para entrega dos produtos. Capacitação de servidores. Conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.	Gestor do contrato, fiscal técnico e administrativo
Ação de Contingência	Responsável
Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.	Gestor do contrato, fiscal técnico e administrativo

7. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)** descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de dedetização, desratização e higienização de caixas d'água, destinada a atender integralmente as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. Esta contratação visa o controle eficaz da infestação de roedores e insetos vetores de doenças, além de assegurar a adequada limpeza e manutenção das caixas d'água das unidades da Secretaria de Assistência Social.

A empresa contratada deverá garantir a execução contínua e regular dos serviços previstos neste Termo de Referência pelo período mínimo de 12 (doze) meses, com cronograma a ser definido em conjunto com a Secretaria, respeitando a periodicidade e especificidades de cada local atendido.

Além da execução dos serviços, a contratada deverá fornecer suporte técnico e orientações para manutenção preventiva, com a realização de visitas técnicas periódicas para inspeção, avaliação das condições das caixas d'água e aplicação de medidas corretivas quando necessárias.

A não observância dos prazos, qualidade ou demais condições estabelecidas implicará na aplicação das sanções legais cabíveis, conforme previsto no contrato.

Essa solução tem como objetivo garantir ambientes higienizados e seguros para a população atendida, prevenir riscos à saúde pública e assegurar a conformidade com as normas sanitárias vigentes.

**8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Para a aplicação de inseticidas em ambientes fechados, aplica-se a Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15), que trata das atividades e operações insalubres, especialmente no que se refere ao Anexo 11 – Insalubridade por Agentes Químicos. Esse anexo estabelece os limites de tolerância à exposição ocupacional a agentes químicos, incluindo os inseticidas, bem como os critérios e procedimentos para a avaliação da exposição dos trabalhadores a esses produtos em ambientes confinados.

Além da NR-15, outras normas regulamentadoras também devem ser observadas, conforme as especificidades da atividade e os riscos envolvidos:

- NR-9 – Trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), sendo aplicável na identificação e controle de riscos químicos no ambiente de trabalho;
- NR-6 – Dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), exigindo a utilização de EPIs adequados à proteção dos trabalhadores envolvidos na aplicação de produtos químicos.

Como requisitos obrigatórios para a contratação dos serviços, serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços com características semelhantes às do objeto licitado, devidamente registrado no respectivo conselho de classe;
- b) Certificado de Registro da Pessoa Jurídica (CRPJ) no respectivo conselho profissional, contendo, no mínimo: razão social, endereço, número e data do registro, ramo de atividade e nome do responsável técnico registrado;
- c) Certificado de Registro da Pessoa Física (CRPF) do profissional responsável, emitido pelo respectivo conselho de classe, com atribuição compatível com o objeto da licitação, contendo: nome, endereço, número e data do registro, bem como identificação clara do profissional indicado;
- d) Comprovação de vínculo profissional entre a empresa licitante e o profissional indicado, vigente na data de abertura da licitação. Este vínculo poderá ser demonstrado por meio de: Contrato de trabalho ou CTPS; Ficha de registro de empregados (com o licitante como contratante); Ato constitutivo ou contrato social, quando o profissional for sócio da empresa; Contrato de prestação de serviços, no caso de vínculo de natureza civil;
- e) Apresentação de todos os laudos técnicos exigidos pelas normativas vigentes, emitidos e assinados por profissionais legalmente habilitados, observando os prazos, formatos e requisitos exigidos pelos órgãos de fiscalização competentes. Esses documentos são essenciais para garantir a legalidade, a segurança e a rastreabilidade das ações executadas;
- f) A não apresentação de qualquer dos documentos exigidos ou a apresentação de documentos vencidos, quando aplicável, resultará na inabilitação da licitante, conforme os critérios previstos no edital.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.



O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, além disso, os serviços prestados deverão ser realizados por profissionais qualificados, com uso de equipamentos adequados e insumos autorizados pelos órgãos competentes, assegurando o atendimento às normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho vigentes.

Qualquer descumprimento das condições estabelecidas poderá implicar na recusa dos produtos ou serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato e na legislação pertinente.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica



e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Para garantir a contratação de empresa capacitada a executar os serviços de dedetização, desratização e higienização de caixas d'água com qualidade e segurança, foram estabelecidas as exigências de:

- Qualificação técnica: necessária para assegurar que a empresa possua experiência comprovada em serviços similares, atendimento às normas sanitárias e conhecimento específico para atuação em ambientes da saúde pública, minimizando riscos à saúde dos usuários e promovendo a efetividade dos serviços contratados.
- Qualificação econômico-financeira: fundamental para garantir a capacidade financeira da empresa de suportar os custos iniciais e a continuidade dos serviços durante todo o período contratual, prevenindo riscos de paralisação ou descumprimento das obrigações contratuais.

Essas exigências estão alinhadas com os princípios da eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos essenciais, garantindo a melhor relação custo-benefício para a Administração.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Para a realização dos serviços de controle de pragas urbanas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, tanto superiores quanto inferiores, conforme demanda especificada, os prestadores contratados para este Termo de Referência deverão observar as seguintes exigências:

a) Diretrizes de Sustentabilidade: Os prestadores deverão implementar práticas sustentáveis, atendendo às seguintes orientações:

- Minimização do impacto sobre recursos naturais, incluindo flora, fauna, ar, solo e água;
- Prioridade para o uso de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Eficiência no uso de recursos naturais, especialmente água e energia;
- Valorização da geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Priorização de bens e obras com maior durabilidade e menor custo de manutenção;
- Incentivo à inovação que reduza a pressão sobre os recursos naturais;
- Utilização exclusiva de recursos naturais obtidos de forma ambientalmente regular.

b) Procedimentos a Serem Observados: Os serviços deverão obedecer aos seguintes critérios:



- Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
- Adoção de práticas que visem a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento adequado de resíduos sólidos, incluindo a disposição final ambientalmente correta dos rejeitos;
- Prioridade para o uso de produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que sigam padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme estabelecido na Lei nº 12.305/2010 (PNRS);
- Decisões de consumo pautadas em critérios racionais, considerando a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos adquiridos.

c) Critérios de Sustentabilidade Ambiental para Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas: No âmbito dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores e pragas urbanas, a contratada deverá:

- Cumprir integralmente os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais previstos na Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA, com foco na redução do impacto ambiental e na proteção da saúde do aplicador e do usuário final;
- Utilizar exclusivamente produtos registrados e aprovados pela ANVISA;
- Responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação adequada das embalagens vazias e tampas, conforme preconiza a Lei nº 12.305/2010;
- Fornecer e fiscalizar rigorosamente o uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs), conforme determina a Norma Regulamentadora NR 6 do Ministério do Trabalho e Emprego.

d) Características Técnicas dos Produtos Aplicados: Os produtos utilizados deverão atender aos seguintes requisitos técnicos:

- Não provocar manchas nas superfícies tratadas;
- Apresentar propriedades antialérgicas;
- Tornar-se inodoros em até 90 (noventa) minutos após a aplicação;
- Ser inofensivos à saúde humana;
- Estar em conformidade com a Portaria nº 10/85 da ANVISA e suas atualizações;
- Nos casos de aplicação em espelhos d'água para controle de larvas de moscas, os produtos não deverão causar danos a plantas aquáticas ou à fauna piscícola;
- Não provocar danos ou mortalidade em plantas ornamentais, árvores ou gramados nas áreas adjacentes.

Estas diretrizes têm por objetivo garantir a qualidade, a segurança e a sustentabilidade dos serviços contratados, em conformidade com as normativas ambientais e sanitárias vigentes.



11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A presente contratação tem como objetivo principal a prestação de serviços de controle de pragas urbanas e de limpeza e desinfecção de reservatórios de água (superiores e inferiores), atendendo às demandas das diversas unidades administrativas e órgãos vinculados a esta municipalidade, garantindo a qualidade, segurança e sustentabilidade das ações executadas.

Espera-se a contratação de serviços altamente eficazes e de excelência, capazes de atender de forma completa e precisa às necessidades da Administração Pública, com ênfase na proteção da saúde pública e na conservação ambiental. A execução deverá priorizar a economicidade, assegurando o uso racional e transparente dos recursos financeiros, bem como a otimização eficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis, garantindo uma prestação técnica qualificada e sustentável.

Adicionalmente, é fundamental que a contratada observe rigorosamente todas as normas técnicas, ambientais e legais aplicáveis, adotando práticas que minimizem impactos ambientais negativos e promovam a responsabilidade socioambiental. A expectativa é que o serviço contratado contribua significativamente para a continuidade, segurança e eficiência das operações essenciais da Administração Pública, gerando benefícios duradouros e positivos para a população e para o desenvolvimento sustentável do município.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Considerando as características dos serviços contratados — controle de pragas urbanas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água — o regime de fornecimento será parcelado, conforme cronograma estabelecido pela Administração, em atendimento às necessidades periódicas das unidades administrativas e órgãos vinculados à municipalidade.

Opta-se por esse regime devido à natureza contínua e programada da demanda, o que possibilita ganhos de escala, melhor planejamento logístico, uso racional dos recursos públicos e maior controle técnico-operacional. Essa estratégia permite a prestação do serviço em momentos adequados, conforme a criticidade de cada local, contribuindo para a eficiência na gestão pública e para a qualidade das ações de vigilância sanitária e ambiental.

Adicionalmente, o fornecimento por regime parcelado favorece a economicidade ao evitar o acúmulo de serviços desnecessários, reduzir desperdícios e permitir a adequada alocação de equipes e insumos pela contratada.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;



Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Adilson Rosa
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Helena Horbatei
Suplentes:	Juliana Cambrussi

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Caso sejam identificadas irregularidades durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá registrar detalhadamente a ocorrência na Ordem de Serviço correspondente. A Secretaria de Assistência, por sua vez, acionará o contrato de manutenção predial vigente para providenciar as correções necessárias, as quais deverão ser concluídas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis. Na ausência de contrato de manutenção predial vigente para tais finalidades, a Secretaria deverá iniciar de imediato o processo de contratação, por meio de licitação ou outros mecanismos previstos na legislação aplicável, visando garantir a execução dos reparos dentro dos prazos estabelecidos e assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

À época da elaboração do referido instrumento de planejamento, não havia a identificação da necessidade específica da realização desses serviços nas unidades administrativas vinculadas à Secretaria, uma vez que não se verificava situação que demandasse intervenção imediata ou programação de contratação para o período.

Contudo, posteriormente à consolidação do PCA, constatou-se a necessidade de realização dos serviços, visando assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nas dependências dos prédios públicos, bem como garantir a qualidade da água armazenada para consumo e utilização nas atividades administrativas e de atendimento ao público.

Ressalta-se que o Plano de Contratações Anual constitui instrumento de planejamento que orienta as contratações da Administração Pública, não impedindo a realização de contratações supervenientes, desde que devidamente justificadas, especialmente quando relacionadas à manutenção das condições sanitárias, prevenção de riscos à saúde e adequada conservação das instalações públicas.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária e oportuna, ainda que não prevista inicialmente no PCA 2026, a fim de garantir a adequada manutenção sanitária dos



ambientes públicos e o regular funcionamento das unidades administrativas.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de dedetização, desratização e higienização de caixas d'água, atividades que, apesar de exigirem conhecimento técnico e cumprimento de normas específicas, não envolvem complexidade técnica ou inovação tecnológica que as enquadrem como serviços especiais.

Trata-se de serviços cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme previsto no art. 6º, inciso XXI da Lei nº 14.133/2021. Além disso, não se trata de atividade de engenharia ou que demande projeto técnico especializado, razão pela qual não se enquadra nas classificações de serviços de engenharia, comuns ou especiais.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo

☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual A contratação tem por objeto a prestação de serviços de dedetização, desratização e higienização de caixas d'água nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social com previsão de execução periódica ao longo de 12 (doze) meses.

Trata-se, portanto, de serviços contínuos, uma vez que são essenciais para a manutenção das condições sanitárias, de higiene e de segurança das unidades da Secretaria de Assistência, e atendem a necessidades permanentes da Administração Pública.

Entretanto, não se caracteriza como serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, pois o objeto contratual envolve execução pontual e por demanda, sem alocação contínua de pessoal em tempo integral nas dependências da Administração.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida garantia de execução do contrato. A decisão pela não exigência de garantia está fundamentada na análise do risco contratual, na natureza dos serviços e no valor estimado da contratação, que não justificam a imposição desse encargo adicional ao contratado. Trata-se de serviços contínuos e de rotina (controle de vetores/pragas urbanas e limpeza de



reservatórios), com baixa complexidade técnica e cuja execução é de fácil fiscalização e controle pela Administração.

Além disso, a não exigência de garantia contribui para ampliar a competitividade no certame, possibilitando maior participação de empresas, especialmente de pequeno porte, sem comprometer a segurança contratual, já que o controle da execução será realizado por meio do acompanhamento técnico e da aplicação das penalidades previstas contratualmente em caso de inadimplemento.

Entende-se, portanto, que a dispensa da exigência de garantia é compatível com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, não havendo prejuízos à Administração, tampouco ao interesse público.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante da necessidade contínua de controle de pragas urbanas e de garantir a qualidade da água armazenada nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conclui-se que a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de dedetização, desratização e higienização de caixas d'água é adequada e imprescindível para assegurar a salubridade dos ambientes, a prevenção de doenças e o cumprimento das normas sanitárias vigentes.

A medida revela-se viável técnica e economicamente, considerando a estimativa orçamentária compatível com os valores praticados em contratações anteriores, a possibilidade de ampla concorrência no mercado e a definição clara dos requisitos de habilitação necessários para garantir a qualidade dos serviços prestados.

Assim, esta contratação é plenamente justificável, adequada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, estando em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, sendo recomendada a continuidade dos trâmites para a instrução do processo licitatório.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- (x) Pregão, (x) Tradicional () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP
- () Concurso
- () Leilão
- () Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- () Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento) () Pré-Qualificação
- () Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

(x) Não se aplica

Contratação Direta:

() Dispensa () com disputa () sem disputa

() Inexigibilidade de licitação.

(x) Não se aplica

Critério de julgamento:

(x) menor preço

() melhor técnica ou conteúdo artístico

() técnica e preço

() maior retorno econômico

() maior desconto

() maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

(x) Aberto

() Fechado

() Aberto e Fechado

() Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

() SIM

(x) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(x) Recursos Próprios

() Recursos Estaduais

() Recursos Federais

Dois Vizinhos, 6 de março de 2026

Adilson Rosa

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Decreto N.º 22933-2026 e Matrícula 206051



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FA20-D9FA-720C-6494

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CELSO TOSHIRO GOTO (CPF 272.XXX.XXX-09) em 13/04/2026 09:07:29 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 13/04/2026 09:27:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ HELENA HORBATEI (CPF 087.XXX.XXX-00) em 13/04/2026 09:44:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADILSON ROSA (CPF 059.XXX.XXX-71) em 13/04/2026 11:14:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JULIANA CAMBRUSSI (CPF 065.XXX.XXX-08) em 14/04/2026 13:16:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/FA20-D9FA-720C-6494>